



Comunicado N.º 2011/08

PLATAFORMA DE UNIDADE Declaração de Princípios

(Uma história para a história do autocaravanismo em Portugal)

Quando em 10 de Abril de 2010 a Direcção do Clube Português de Autocaravanas tomou posse proliferavam os mais diversos conceitos e objectivos relacionados com as práticas autocaravanistas que impediam uma linguagem comum através da qual fosse possível um entendimento.

Consciente de que era necessário modificar este estado de coisas a Direcção do CPA contactou com diversas entidades ligadas ao autocaravanismo a quem propôs que subscrevessem uma Declaração de Princípios que seria a base mínima de entendimento para a constituição de uma Plataforma de Unidade entre as entidades ligadas ao autocaravanismo.

Algumas das entidades contactadas subscreveram a Declaração de Princípios e, assim, em reunião de Direcção de 12 de Maio de 2010 é formalmente assumida pelo CPA a “Declaração de Princípios da Plataforma de Unidade” que será tornada pública em 31 de Maio de 2010. Não obstante, à data de 31 de Maio, serem poucas as entidades subscritoras, o facto de associações tão distintas como a Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal e o CampingCar Portugal terem assumido os princípios constantes da Plataforma de Unidade tinha que ser entendido como um sinal inequívoco de que a Declaração de Princípios continha verdades e objectivos que não eram conjunturais.

Na realidade a Declaração de Princípios constitui uma verdadeira Plataforma de Unidade ao abordar e definir conceitos tão evidentes como “*estacionar/pernoitar em autocaravana*”, “*acampar em autocaravana*”, “*defender penalizações para a prática de campismo em locais não permitidos*”, “*salvaguardar o direito a não serem discriminados os veículos autocaravanas pelo facto de o serem*”, “*considerar lesiva sinalética que discrimine negativamente as autocaravanas*”, “*considerar que legislação que impeça autocaravanas de estacionarem onde outros veículos de semelhante gabarito o possam fazer é discriminatória*”, “*realçar a importância do autocaravanismo para o desenvolvimento local e do turismo*” e “*apontar caminhos para a salvaguarda do ambiente e do ordenamento do trânsito automóvel*”.

E toda a acção externa do CPA se tem enquadrado na intransigente defesa e concretização destes princípios como se pode constatar pelos muitos Comunicados facilmente acedidos através do Portal e do Fórum do Clube.

Posteriormente muitas outras entidades, contactadas pelo CPA, vieram a aderir à “Declaração de Princípios da Plataforma de Unidade”. Consequente com as responsabilidades que lhe advêm do facto de ser o maior Clube exclusivamente vocacionado e dirigido para o autocaravanismo, o CPA, através da respectiva Direcção, sempre se tem recusado a estabelecer relações de trabalho com quem não subscreva a Declaração de Princípios.

Também, desde sempre, a Direcção do CPA, embora a isso não fosse obrigada, divulgou a Declaração de Princípios antecedida da informação de que não se reclama como autor da mesma.

Porquê? Porque considerou e continua a considerar, que nenhuma entidade deve reclamar a paternidade e a propriedade dos princípios (e não só), que devem ser património de todos os autocaravanistas e de todas as entidades relacionadas com esta actividade. No entanto...

Em 19 de Fevereiro de 2011 é divulgado num espaço na internet, da autoria do Secretário-Geral do ONGA, Prof. Doutor Luís Nandin de Carvalho, o relato de uma reunião do “Observatório Não Governamental para o Autocaravanismo” que passa a denominar o texto da “Declaração de Princípios da Plataforma de Unidade” pela designação de “Plataforma da Filosofia, Doutrina e Ética”. Esta designação, que já foi utilizada pelo Prof. Doutor Luís Nandin de Carvalho noutros contextos, não nos mereceu então e não nos mereceria agora quaisquer comentários não fora o facto de ser emitida sob a responsabilidade de uma reunião da ONGA em que estavam presentes as seguintes entidades: ACP (Dr. Luís Figueiredo), MIDAP (Eng. Filipe Seco Santos), CAB (João Firmino), AECAMP (Dr. Manuel Dias), FCMP (Dr. Fernando Cipriano), ACAP (Dra. Rosário Archer), Secretário-Geral do ONGA (Prof. Doutor Luís Nandin de Carvalho) e secretária da secção de Autocaravanismo do ACP (Rosa Fernandes).

O direito à identidade (que pressupõe também o direito de se ser correctamente identificado) tem que permitir que as características (e até circunstâncias) que distinguem uma coisa e graças às quais é possível individualizá-la, não possam ser deturpadas através de uma designação que não contemple o nome de “baptismo” com que foi aceite e subscrita. Recordar-se que quase todas as entidades que estavam na reunião da ONGA subscreveram o texto da “Declaração de Princípios da Plataforma de Unidade” que lhes foi proposto pelo CPA com este exacto nome.

É uma Declaração de Princípios porque não se pretendeu definir até à exaustão quaisquer das situações que se colocam presentemente aos autocaravanistas e muito menos criar uma moral ou ética autocaravanista, mas tão-somente ser pragmáticos; é uma Plataforma de Unidade porque se quer, através da Declaração de Princípios, estabelecer pontes, promover sinergias, criar, com todos e para todos, bases de entendimento cada vez mais profundas, sem “clubites”, “politiquices” ou “partidarites” e, muito importante, sem perdas de identidade.

Cada um dos membros da ONGA, presentes na reunião, ao consentirem que alterem a designação da Declaração de Princípios, transmitem uma mensagem, embora não dita e mesmo que sem intenção, de se querer apropriar de valores e assumir uma paternidade que lhes não é devida.

Lastimamos, com toda a sinceridade, que organizações de prestígio permitam que as conclusões das reuniões que fazem sejam divulgadas em locais formalmente menos apropriados.

Lastimamos que a ONGA não tenha, quase um ano sobre a sua anunciada criação, transmitido uma imagem clara do que é, do que pretende e do formato orgânico que adopta.

Sabemos o que queremos. Sabemos que alguma desconfiança acerca das intenções do “outro” está instalada por razões que não desejamos, agora, aprofundar. Sabemos que a confiança só se pode restabelecer quando falarmos uma linguagem de verdade em que entendamos o que cada um quer dizer, qual o significado de cada palavra. Para isso necessitamos de nos exprimir em locais e ocasiões em que o formalismo não condicione a sinceridade. Nesse sentido, iremos continuar a desenvolver esforços com o objectivo de continuarmos a promover um diálogo e uma aproximação cada vez mais consistente, para quebrarmos eventuais barreiras.

A Direcção do Clube Português de Autocaravanas que tem pautado a respectiva intervenção pública por valores de transparência, rigor e verdade, não procura protagonismo (pois não precisa, nem quer) e prosseguirá na defesa dos interesses, direitos e garantias dos seus associados em particular e dos autocaravanistas em geral, sem pactuar, um milímetro que seja, com a violação da identidade, do espírito e da letra da **“Declaração de Princípios da Plataforma de Unidade”**.

CPA, 21 de Fevereiro de 2011

A Direcção